

DA INSULARIDADE À AÇORIANIDADE:
ALGUMAS REFLEXÕES

por
VICTOR M. PEREIRA DA ROSA *
e
SALVATO V. P. TRIGO **

«Mas contra o que se poderia tirar da área apertada que nos coube no berço, quanto à nossa equação com o mundo e à nossa maneira de respirar, a verdade é que ninguém mais do que o ilhéu, a não ser talvez o homem da planície, possui o instinto da amplidão. É com os próprios olhos que tiramos do mar a terra que nos faltou».

Vitorino Nemésio,
Corsário das Ilhas, 2.^a ed., 1983, p. 75.

Não haveria melhor abertura, para um estudo sobre a influência da emigração nos Açores, do que a epígrafe que recolhemos num dos açorianos mais ilustres que compreendeu superiormente a sua terra e as suas gentes¹.

* Professor da Universidade de Ottawa (Canadá).

** Professor da Universidade do Porto (Portugal).

¹ Este texto é um extracto de um trabalho de maior fôlego que os autores realizam, neste momento, sobre o impacto da emigração na sociedade açoriana.

A ele se devem alguns dos conceitos e das tipologias essenciais para caracterizar a visão do mundo, o modo de *ser* e de *estar* do povo dessas nove ilhas que constituem uma das regiões portuguesas mais duramente afectadas pelo processo emigratório que aí ganhou, por vezes, foros de autêntico êxodo. Com efeito, foi Vitorino Nemésio quem usou, pela primeira vez, o conceito de *açorianidade* para exprimir essa forma específica de insularidade que faz dos Açores um território com características físicas e humanas muito próprias, caldeadas pela Natureza, desde os longes do século XV. A Vitorino Nemésio se ficou também a dever uma taxinomia dos tipos humanos que habitam as ilhas açóricas que mereceu do etnólogo terceirense Luís Ribeiro (1964: 17), a ratificação e oportuno comentário: «São estes tipos o micalense, o mais trabalhador do arquipélago e também o mais diferenciado do continental, rude, industrial, rijo e tenaz; o das 'ilhas de baixo', afável, com certa manha, festeiro, indolente; e o picaroto, tomando a vida a sério, ora no mar, ora em terra, vigoroso, sadio, às vezes heróico».

Antes de analisarmos a açorianidade, conceito chave para fio condutor do nosso estudo, debruçemo-nos sobre o conceito mais abrangente da insularidade que nos ajudará a entender grande parte das razões por que o povo açoriano representa hoje uma das mais significativas parcelas da diáspora portuguesa.

A insularidade pode ser considerada, pelo menos, em duas dimensões diferentes: a geográfica e a psicológica. Neste trabalho, usaremos o conceito de insularidade, para referirmos a dimensão geográfica, e o conceito de açorianidade para caracterizar a sua dimensão psicológica.

Sendo assim, o Mar surge-nos, desde logo, como o elemento definidor mais importante da insularidade açoriana. O mar, não tanto como espaço líquido envolvente das diferentes ilhas, mas mais como factor condicionante da existência: «A atitude radical do ilhéu é chegar à porta da casa

e interrogar o mar» (Nemésio, 1983: 75). Parte integrante da sua vida, o que levou a percuciência nemesiana a afirmar — «como as sereias temos uma dupla natureza: somos de carne e pedra. Os nossos ossos mergulham no mar (Nemésio, 1984: 34) —, poderá parecer estranho que o açoriano tenha «descoberto» o mar tardiamente e mantenha com ele uma relação de amor-ódio que é um traço essencial da açorianidade. José Enes (1983: 38), reportando-se à obra do poeta Roberto Mesquita, definiu com rigor essa relação, quando escreveu: «O Atlântico das ilhas não é como o que banha o litoral do continente. Ele constitui para estas montanhas pequenas, que emergem da amplitude das águas, a moldura, sempre variada é certo, mas sempre constante, que tolhe ao habitante a evasão e ao mesmo tempo que lhe abre a perspectiva para dimensões ilimitadas, o obriga a concentrar-se e a valorizar as suas possibilidades e os recursos do meio».

Carcereiro e sereia, a um tempo, o mar tem sido, sem dúvida, modelador do comportamento e do desenvolvimento dos Açores. Mas, se sozinho ele pode definir a insularidade, o mesmo já não pode dizer-se, quando falamos da açorianidade. É que esta, além do oceano, comporta também o vulcanismo e a sismicidade, como elementos fundamentais para a sua compreensão profunda. De facto, não é possível estudar a açorianidade, sem tomar em consideração simultânea aqueles três elementos que acompanham toda a história do homem açoriano e que lhe configuram a sua especificidade islenha. Uma vez mais, Nemésio (1983: 33-34) sintetiza com justeza essa dependência triangular, escrevendo: «Mas a vida açoriana não data espiritualmente da colonização das ilhas: antes se projecta num passado telúrico que os geólogos reduzirão a tempo, se quiserem... Como homens, estamos soldados historicamente ao povo de onde viemos e enraizados pelo *habitat* a uns montes de lava que soltam da própria entranha uma substância que nos penetra».

Telurismo é, sem dúvida, um bom conceito para predicar a comunhão profunda do açoriano com o seu mundo isleno. Esse apego à terra, apesar da violência e do terror que ela, por vezes, infunde, tem muito de religioso, no sentido mais primitivo desta palavra (cf. Collins, 1978). A açorianidade é, por isso, também uma «religião da terra», que se manifesta pela via pagã e pela via cristã, num amplexo popular sem conflitos. Com efeito, a violência do vulcanismo e o terror da sismicidade foram, na história do povo açoriano, responsáveis pela acendrada religiosidade pagano-cristã que o homem dos Açores carrega consigo, na sua terra ou fora dela, e que manifesta na sua ilimitada devoção ao Senhor Espírito Santo ou ao Senhor Santo Cristo.

Essa relação entre o telurismo — concretizado no mar, no vulcanismo e na sismicidade —, e o carácter religioso dos açorianos foi bem observada por Valadão Serpa (1978: 10), quando escreveu que o açoriano «sente-se embalado pelo Atlântico em miragens de horizonte e na dinâmica da autenticidade existencial», para acrescentar, de seguida, que ele «vê Deus em dimensão natural e não concebe a vida sem Ele», concluindo lapidarmente que «insularidade, emigração e religiosidade são condicionalismos primários, que só por si identificam a gente dos Açores».

Esta noção da «dimensão natural» de Deus, que o mesmo é dizer da Sua redução ao concreto, ao palpável, ao directamente encontrável na obra da criação, confere ao açoriano características muito peculiares na sua vivência religiosa, entendida esta não só como culto hagiográfico, mas também como meio de «religá-lo» à sua ancestralidade açórica, indelevelmente magmatizada pelas lavas vulcânicas e despertada, de vez em quando, pelos tremores de terra que lhe caldeiam o carácter estóico com que enfrenta os desafios da vida. O pragmatismo religioso deste ilhéu é admirável e preenche-lhe as necessidades de conforto espiritual e psicológico para o sofrimento humano e para as

contrariedades materiais que o vulcanismo e a sismicidade trazem consigo. Os «impérios» do Espírito Santo, com as suas manifestações de um paganismo perfeitamente interiorizado que não prescinde todavia, duma complementar liturgia cristã, são, sobretudo na Ilha Terceira, um bom exemplo desse pragmatismo religioso. Outro tanto poderá ser dito das festas do Senhor Santo Cristo especialmente arreigadas nas gentes da Ilha de São Miguel. Quem for capaz de compreender o casamento do que há de material com o que há de espiritual nestas manifestações maiores da religiosidade do homem açoriano, então, entenderá, sem grande esforço, a açorianidade e o ufanismo com que ela é vivida, hoje como ontem, por este povo de quem Vitorino Nemésio, ainda outra vez, diz que «o mar é não só o seu conduto terreal, como o seu conduto anímico».

Valadão Serpa (1978: 84), conhecedor avalizado da religiosidade do povo açoriano a quem também pertence, ensina-nos, ainda a este propósito, que: «o micalense encontra na devoção à imagem do Santo Cristo a síntese específica e a culminância máxima da sua religião, feita de sofrimento e opressão, temor e pouca esperança de ultrapassar a sua condição humano-social». Esta resignação, característica, aliás, da vivência estóica, a que já nos referimos, foi, de algum modo, alimentada ou, pelo menos, não combatida pela Igreja de quem, apesar de tudo, muito depende a cosmovisão do homem açoriano. Isso mesmo vamos confirmá-lo, no citado autor, V. Serpa (1978: 33):

«A própria Igreja, através da sua organização temporal e infidelidade evangélica, vezes de mais emparceirou com os poderosos e influentes, também ela sequiosa do poder e influência. Frequentemente, em nome de princípios religiosos e do próprio Evangelho, interpretou segundo as conveniências o mais elementar da justiça e da esperança de viver. Quantas vezes as bem-aventuranças serviram para abençoar a miséria dos pobres e desculpar o egoísmo dos ricos; quantas vezes o mandamento do 'não tirar os bens do próximo'»

foi usado para proteger a riqueza escandalosa e por vezes mal adquirida de alguns e manietar os necessitados; quantas vezes as exterioridades das festas religiosas serviram para iludir as exigências da fé e alienar a autêntica realidade humana e religiosa».

O facto de citarmos aqui longamente Valadão Serpa não significa que não reconheçamos que a Igreja teve, e tem, um papel muito relevante na formação cultural e humana dos Açores e que não estejamos, por isso, de acordo com Carreiro da Costa (1964: 94), que considera com justeza «que a religiosidade do povo açoriano é essencialmente católica já pelas tradições a que está vinculada, já pela índole do mesmo povo, revelada e posta à prova em diversas situações de que a História Insular nos dá notícia». Significa, isso sim, que, talvez por não reconhecer na «sua» Igreja uma igreja da libertação, como hoje diríamos, é que, por exemplo, alguns açorianos fizeram dos «impérios» do Espírito Santo a sua verdadeira «igreja» que lhes satisfizesse a fome espiritual. É conhecida, aliás, a animosidade tolerante com que a Igreja olha os «impérios», ainda que o povo não veja nestes qualquer infracção ao culto divino representado por aquela. Pelo contrário, da açorianidade faz parte integrante a dualidade terrena e divina, simbolizada, respectivamente, pelo «império» e pela igreja da freguesia. Ambos são essenciais à existência do açoriano, «preso» nas ilhas ou, como dizia Manuel Ferreira (1979: 37), daquele a quem a emigração concretizou «um sonho escaldante, uma decisão firme de mudança de vida, de fuga, de libertação da cadeia da ilha, das garras teimosas do seu eterno e permanente carcereiro — o Mar».

De novo, o Mar nos surge como o elemento mais marcante da postura existencial do açoriano. O mar que lhe embala dolentemente o espírito, povoando-lho de superstições e de mitos, ao mesmo tempo em que o tempera da ousadia que o fez baleador intrépido e emigrante destemido. Embora José Agostinho (1963: 148) atribua ao clima a causa

principal da dolência açórica, Luís Ribeiro considera o mar mais determinante no modo de ser do açoriano: «a contemplação do mar põe os homens cismadores... brandos e sonhadores... entristece e abate pela monotonia» (*in* Silva, 1985: 106). Unamos, todavia, o clima e o mar, como queria Leite de Vasconcelos (1926: 127), e saberemos entender esse «torpor açoriano» de que falava Nemésio, na esteira dos Bullars (1841), e que, de algum modo, pode equivaler-se à *apatia* do estoicismo que dá ao ilhéu essa capacidade ímpar de resistir à adversidade, sem perder a alegria de viver bem traduzida no seu folclore de que ressaltam, entre outras, a *chamarrita* e o *pezinho*. Invoquemos, mais uma vez, Vitorino Nemésio (1983: 33) que, superiormente define o ilhéu:

«Em primeiro lugar o apego à terra, este amor elementar que não conhece razões, mas impulsos; — e logo o sentimento duma herança étnica que se relaciona intimamente com a grandeza do mar... Uma espécie de embriaguez do isolamento impregna a alma e os actos de todo o ilhéu, estrutura-lhe o espírito e procura uma fórmula quasi religiosa de convívio com que não teve a fortuna de nascer, como o *logos*, na água».

Vitorino Nemésio, nesta definição do ilhéu, dá-nos a dimensão psicológica e existencial da insularidade, comum, aliás, aos povos que vivam em situação geográfica idêntica e que tenham sido alvo de uma transplantação do continente a que pertenciam para regiões insulares. A transplantação física representa, já por si, um certo corte com o mundo sociocultural e afectivo, agravado, ao tempo, não só pela distância mas também pelas dificuldades de comunicação, que o mesmo é dizer de circulação cultural. Essa transplantação conduz, portanto, ao isolamento geográfico, propício, por um lado, a um reordenamento mental motivado pela alteração do ecossistema. Assim, mesmo que o continental transplantado não se tivesse miscigenado com

outras culturas, o que nalguns casos insulares aconteceu, o isolamento e o seu novo *habitat* são factores suficientes para o forçarem à transformação. Nesse caso, poderemos dizer, então, que o ilhéu não nasceu, o ilhéu fez-se. E o açoriano, antes de ganhar a consciência de ser açoriano, isto é, antes de assumir a açorianidade, é um ilhéu, quer dizer, ganha, primeiro, a consciência da insularidade.

Existem, assim, dois tempos — cronológicos e psicológicos — diferentes que temos de considerar, ao falarmos de insularidade e de açorianidade. O nascimento da insularidade acontecerá apenas, quando o continental transplantado se descontinentaliza, isto é, quando ganha novos hábitos mentais, novos costumes e novas crenças religiosas. Essa descontinentalização não coincide com a chegada física às ilhas, uma vez que ela é um processo de aculturação ao meio dos diferentes grupos de povoadores que, entretanto, perderam a sua especificidade regional de origem para se fundirem, num verdadeiro *melting-pot*, formando em cada ilha (ou grupos de ilhas) uma subcultura homogeneizada pela dinâmica de interacção social.

A descontinentalização desenvolve-se, portanto, num tempo cronológico, como aculturação, e num tempo psicológico, como enculturação. Por outras palavras, o continental acultura-se ao meio e transforma-se, assim, num ilhéu. Por outro lado, convive, como ilhéu, com os outros continentais e encultura-se com eles formando um tecido social característico da ilha ou das ilhas em que essa enculturação ocorre. Assim, há um escalonamento temporal e espacial no processo de insularidade. Primeiro, é-se insular geograficamente; depois, é-se insular psicologicamente; por fim, é-se insular culturalmente. Daqui se conclui que os Açores são um arquipélago geográfico que, até determinado momento, também é um arquipélago cultural e filológico. Justamente até ao momento em que a afirmação das especificidades culturais de cada ilha (ou grupo de ilhas) constituiu uma maneira de ser e de estar diferen-

ciada. Todavia, quando sobre essas especificidades culturais, que se mantêm, se conseguiu uma unidade filosófica, aí ultrapassou-se o conceito de arquipélago cultural, isto é, de várias ilhas com a sua diferença cultural, e chegou-se ao conceito de *açorianidade*.

Segundo alguns historiadores, nomeadamente Alberto Vieira (1980: 17), «a Açorianidade não é uma criação do tempo presente, pois que esta já havia sido alvo de discussão ao longo dos tempos efervescentes do século passado e na primeira metade do nosso século ao nível literário». Conclua-se, portanto, que, só no século XIX, começa a deixar-se o regionalismo, isto é, o sentimento de que cada ilha constituía um mundo à parte, para se ganhar a consciência do todo, isto é, da pertença a uma mesma matéria, depositária da história comum. Pensamos que a emigração terá sido, além de outros, um dos factores ponderosos na assunção da pátria açoriana, suplantando as diferenças regionais e dando um espírito de unidade aos ilhéus que se encontravam na rota da emigração com destino comum. Ilhéus esses que deixaram de ser picarotos, faialenses, jorgenses, micaelenses, etc., para serem somente açorianos. A consciência da matéria gera solidariedades que se não tinham, esbate regionalismos que se cultivavam, dilui preconceitos que se alimentavam. Assumida a matéria açoriana, tem-se a diferença intrínseca para a pátria. Pátria e matéria não se confundem, não se conflituam, antes se completam. A matéria dá justificação à açorianidade; a pátria justifica a portugalidade.

Como todos os conceitos, a açorianidade não pode deixar de ser uma abstracção que, no entanto, se concretiza como etnicidade que é². Segundo o sociólogo Ian Robertson

² Onésimo T. Almeida diz na comunicação «Usos e abusos do conceito de açorianidade», apresentada ao II Congresso de Comunidades Açorianas (Angra do Heroísmo, 1986) que «a açorianidade é um termo vago» (p. 4).

(1981: 282), «a etnicidade refere-se a características culturais. Essas características podem incluir a língua, a religião, a origem nacional, hábitos alimentares, um sentido de herança histórica comum ou qualquer outro traço cultural distinto». A açorianidade como etnicidade traduz a diferenciação que a insularidade introduziu em cada um dos traços culturais anteriormente enunciados. Traços culturais herdados da pátria para, transformados pelo meio, originarem a mátria, como o observou Ruy Guilherme de Moraes (1983: 147):

«Depois de cinco séculos de isolamento, de contacto permanente com o mar, de cataclismos vulcânicos, de horizonte finito, ele já não é mais o minhoto ou o alentejano que chegou nas naus do povoamento. Não é mais o berbere ou o flamengo, não é mais o descendente accidental do corsário inglês ou argelino que aqui aportou um dia. Ele é realmente o açoriano, cruza inextricável do fidalgo lusitano e do escravo moiro, do espanhol conquistador e do aventureiro sem nação. Ele é tudo isso ao mesmo tempo e por isso é açoriano».

O açoriano é, pois, o resultado da aglutinação étnica e cultural caldeada por um meio físico que lhe temperou o carácter. José Agostinho (1963: 144), entre outros, depois de referir-se às difíceis condições «do viver dos primitivos aglomerados de gente nestas ilhas», conclui que essas dificuldades podem constituir «uma base para decifrar a origem do feitio calado e sofredor de uma boa parte da gente dos Açores, feitio que, no entanto, se mostra rebelde, agressivo e até cruel, quando se desprende da opressão que os subjuga». Alberto Vieira (1980: 19), entretanto, descobre nos açorianos o outro lado desse «feitio calado e sofredor», escrevendo a propósito: «Mas apenas referenciar o aspecto triste e melancólico é falsear a mentalidade açoriana, pois que ela mesma se orienta por facetas contrárias, marcadas por uma alegria de ser e de viver, por vezes levadas até ao último limite».

Esta dualidade temperamental do açoriano acentua, por um lado, a sua condição de ilhéu, portanto, de um homem dividido entre o mundo donde veio e o mundo que o acolheu. O primeiro permanece certamente latente no seu inconsciente colectivo, enquanto o segundo condiciona decisivamente a sua postura existencial. Valadão Serpa (1978: 55) realça essa latência, quando afirma que deverá «atribuir-se ao insularismo o fraco sentido de nacionalidade», subscrevendo, ao mesmo tempo, a opinião que, a esse respeito, tinha o etnólogo Luís Ribeiro, ao considerar que o ilhéu «sabe que é português, que faz parte de um país que se chama Portugal mas não sabe bem o que isso significa, porque, em regra, só conhece a ilha em que nasceu e as que dela se avistam».

A dimensão geográfica condiciona, portanto, fortemente a dimensão psicológica. A insularidade determina, por isso, a açorianidade, mas não se reduz a ela. Diga-se ainda, e na esteira de Luís Ribeiro, que a insularidade precede a açorianidade, isto é, tem-se, primeiro, a consciência de se ser ilhéu e só, depois, se assume o ser-se um ilhéu açoriano, quer dizer, a açorianidade.

Além de um conceito tradutor duma certa psicologia social, a açorianidade é também um conceito com uma dimensão política, no sentido mais nobre desta palavra. Digamos mesmo que foi pela via política que a açorianidade se construiu como conceito emblemático e diferenciador cultural no conjunto da nação portuguesa. Com efeito, quando, em 1822, o jorgense Albergaria e Sousa reclamava, pela primeira vez, o embrião de uma autonomia administrativa açórica, através dum senado eleito e composto por açorianos das diferentes ilhas do arquipélago, ele estava, de facto, a alertar as consciências dos ilhéus para a participação efectiva na administração do território insular e para a afirmação da sua especificidade. A açorianidade, porém, não é concomitante nem coetânea deste desejo autonómico administrativo que apenas a ajudou a

corporizar-se. Na verdade, o direito à diferença que subjazia à reivindicação de Albergaria e Sousa, mais tarde seguido de outros nomes ilustres como Aristides Moreira da Mota, José Maria Raposo de Amaral, Gil Mont'Alverne de Sequeira e Tavares de Resende, implicava, desde logo, ter a consciência dessa diferença. Tal diferença residia na etnicidade entretanto forjada e interiorizada pelas diversas ilhas do arquipélago que, por séculos a fio, havia arrostado, em completo isolamento, em total insularidade, com contrariedades e obstáculos de toda a espécie saídos do vulcanismo da terra ou da fúria revoltosa do mar. Mar que, parafraseando o poeta caboverdiano Jorge Barbosa (1941), sufocava desejos e dilatava sonhos de distância que a emigração oitocentista ajudaria a satisfazer. Emigração que forneceria, finalmente, o cimento com que se argamassou, em definitivo, a açorianidade.

A açorianidade, que nasce nesta insularidade feita de vulcanismo e de mar revoltoso, ganha, assim, uma dimensão de errância que hoje a justifica ainda mais, no plano filosófico. A emigração reduz, entretanto, a insularidade, mas aumenta a açorianidade. Açorianidade que se alimenta dum permanente desejo de evasão que, em muitos casos, não passará dum sonho. Cristóvão Aguiar (1976: 12) reconhece-o também, ao escrever: «Desde há uns anos a esta parte, a palavra *América*, por exemplo, tem qualquer coisa de mágico e de encantatório, não sendo pronunciada sem um leve estremecimento íntimo de ânsia e de sonho, por aqueles que se deleitam (e são tantos!) a namorar-lhe as belezas imaginadas». E Alamo Oliveira (1986: 4), bem recentemente, parafraseando Maria de Lurdes Belchior, daria a dimensão mais impressiva da importância do fenómeno emigratório na consciencialização da açorianidade: «*Os Açores sem a emigração não seriam estes Açores*. Ao menos não ficávamos com esta reles certeza de que as ilhas nunca permitirão a subsistência de quantos nelas nascem. Ao menos, ilibava-nos da responsabilidade colectiva de sermos

viveiros de gente que, depois de nascida, se espalha pelo mundo fora — filhos da rua que os estéreis adoptam. E as ilhas cá vão desertificando ...».

Entre a insularidade e o sonho realizado, ou não, da distância das «Califórnia da abundância», constrói-se cada vez com mais fervor a açorianidade — essa maneira que o açoriano tem de afirmar a sua especificidade de ser português, sendo ao mesmo tempo um cidadão da errância em trânsito permanente, espiritual ou físico, para a sua pátria: Açores.

B i b l i o g r a f i a

- AGOSTINHO, José — Dominantes histórico-sociais do povo açoriano», in *Livro da II Semana de Estudos dos Açores*, pp. 139-163. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 1963.
- AGUIAR, Cristóvão de — *Alguns Dados sobre a Emigração Açoriana*. Coimbra: Vértice, 1976.
- ALMEIDA, Onésimo Teotónio — «A Profile of the Azorean», in Donald Macedo (ed.), *Issues in Portuguese Bilingual Education*, pp. 115-164. Cambridge, Massachusetts: National Assessment and Dissemination Center for Bilingual/Bicultural Education, 1980.
- ALMEIDA, Onésimo Teotónio (ed.) — *A Questão da Literatura Açoriana*. Angra do Heroísmo: Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1983.
- ALMEIDA, Onésimo Teotónio — «Usos e abusos do conceito de açorianidade». Comunicação apresentada ao II Congresso de Comunidades Açorianas, Angra do Heroísmo, Novembro de 1986.
- BARBOSA, Jorge — *Ambiente*. Praia: Minerva de Cabo Verde, 1941.
- BRANDÃO, Raul — *As Ilhas Desconhecidas; Notas e Paisagens*. Lisboa: Ed. Aillaud e Bertrand, 1926.
- BULLAR, Joseph e Henry — *A Winter in the Azores; A Summer at the Baths of the Furnas*. Londres: John van Voorst, 1841.

- CARMO, Francisco — *Inovações, Mudança Social e Factor Religioso; Estudo Sociológico na Ilha de S. Miguel (Açores)*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1985.
- COLLINS, John J. — *Primitive Religion*. Totowa, New Jersey: Littlefield, Adams & Co., 1978.
- COSTA, Francisco Carreiro da — «Religiosidade do povo açoriano através do seu folclore», in *Livro da I Semana de Estudos dos Açores*, pp. 71-95. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1964.
- COSTA, Francisco Carreiro da — *Esboço Histórico dos Açores*. Ponta Delgada: Instituto Universitário dos Açores, 1978.
- ENES, José — «Açorianidade de Roberto Mesquita», in Onésimo T. Almeida (ed.), *A Questão da Literatura Açoriana*, pp. 35-42. Angra do Heroísmo: Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1983.
- FERREIRA, Manuel — *O Barco e o Sonho; Contos Açorianos*. Ponta Delgada: Edição do Autor, 1979.
- FURTADO, Francisco de Arruda — *Materiaes para o Estudo Antropológico dos Povos Açorianos; Observações sobre o Povo Micaense*. Ponta Delgada, Typ. Popular, 1884.
- MORAIS, Ruy Guilherme de — «A Propósito de um Livro Novo, uma Velha Questão», in Onésimo T. Almeida (ed.), *A Questão da Literatura Açoriana*, pp. 143-154. Angra do Heroísmo: Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1983.
- NEMESIO, Vitorino — «Açorianidade», in Onésimo T. Almeida (ed.), *A Questão da Literatura Açoriana*, pp. 32-34. Angra do Heroísmo: Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1983. Publicado originalmente em *Insula* (Ponta Delgada), 1932, n.º 7-8.
- NEMÉSIO, Vitorino — *Corsário das Ilhas*, 2.ª ed. Lisboa: Bertrand, 1983.
- OLIVEIRA, Alamo — «Da Emigração; Poesia e Pombos de Rocha», Comunicação apresentada ao II Congresso de Comunidades Açorianas, Angra do Heroísmo, 1986.
- RIBEIRO, Luís da Silva — *Subsídios Para um Ensaio Sobre a Açorianidade*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 1964.
- ROBERTSON, Ian — *Sociology*, 2.ª edição. New York: Worth, 1981.

- SERPA, Caetano Valadão — *A Gente dos Açores*. Lisboa: Prelo, 1978.
- SILVA, Heraldo Gregório da — *Açorianidade na Prosa de Vitorino Nemésio; Realidade, Poesia e Mito*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- VASCONCELOS, José Leite de — *Mês de Sonho; Conspecto de Etnografia Açórica*. Lisboa: Museu Comercial de Lisboa, 1926.
- VIEIRA, Alberto — «A Açorianidade em Questão», in *Memória da Água-Viva*, 1980, n.º 7, pp. 17-19.